

Índice

Introdução: O Que Há de Errado com a Felicidade?	11
1. Os Sofrimentos da Felicidade	37
2. Nós, os Artistas da Vida	75
3. A Escolha	127
Posfácio: Sobre Organizar e Ser Organizado	167

Introdução

O Que Há de Errado com a Felicidade?

A pergunta do título pode deixar muitos leitores desconcertados. E foi feita mesmo para desconcertar — estimular que se faça uma pausa para pensar. Uma pausa em quê? Na nossa busca da felicidade que, como muitos leitores provavelmente concordarão, temos em mente na maior parte do tempo, preenche a maior parte das nossas vidas, não pode nem vai abrandar, muito menos parar... pelo menos não por mais do que um instante (fugaz, sempre fugaz).

Por que motivo é provável que esta pergunta nos desconcerta? Porque indagar “o que há de errado com a felicidade?” é como perguntar o que há de quente no gelo ou de malcheiroso numa rosa. Sendo o gelo incompatível com o calor, e a rosa com o mau cheiro, tais perguntas presumem a viabilidade de uma coexistência *inconcebível* (onde há calor, não pode haver gelo). De facto, como poderia haver algo de *errado* com a *felicidade*? “Felicidade” não é um sinónimo de *ausência* de erro? Da própria *impossibilidade* da sua presença? Da impossibilidade de *todo e qualquer* erro?!

E no entanto essa pergunta é feita por Michael Rustin,¹ assim como o foi anteriormente, e com certeza o será no futuro, por pessoas preocupadas — e Rustin explica o motivo: sociedades como a nossa, movidas por milhões de homens e mulheres em busca da

felicidade, estão a tornar-se mais ricas, mas não é claro se estão a tornar-se mais felizes. Parece que a busca dos seres humanos pela felicidade pode muito bem mostrar-se responsável pelo seu próprio fracasso. Todos os dados empíricos disponíveis indicam que, nas populações das sociedades abastadas, pode não existir qualquer relação entre mais riqueza, considerada o principal veículo de uma vida feliz, e maior felicidade!

A íntima correlação entre crescimento económico e maior felicidade é amplamente considerada uma das verdades menos questionáveis, talvez até a mais autoevidente. Ou pelo menos é isso que nos dizem os líderes políticos mais conhecidos e respeitados, os seus conselheiros e porta-vozes — e o que nós, que tendemos a basear-nos nas suas opiniões, vamos repetindo sem pausa para refletir ou pensar melhor. Eles e nós agimos no pressuposto de que essa correlação é genuína. Queremos que eles ajam com base nessa convicção de modo ainda mais resolutivo e enérgico — e desejamos-lhes sorte, esperando que o seu sucesso (ou seja, aumentar o nosso rendimento, o dinheiro à nossa disposição, o volume das nossas posses, bens e riqueza) melhore a qualidade das nossas vidas e nos torne mais felizes.

Segundo praticamente todos os relatórios de pesquisa examinados e resumidos por Rustin, “as melhorias nos padrões de vida em nações como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não estão associadas a um aumento — e sim a um ligeiro declínio — do bem-estar subjetivo”. Robert Lane descobriu que, apesar do imenso e espetacular aumento dos rendimentos dos americanos nos anos do pós-guerra, a felicidade por eles declarada era menor.² E Richard Layard concluiu, a partir de uma comparação de dados transnacionais, que, embora os índices de satisfação com a vida declarados cresçam amplamente em paralelo com o nível do PNB, eles só aumentam de modo significativo até ao ponto em que carência e pobreza dão lugar à satisfação das necessidades essenciais, “de sobrevivência” — e param de subir, ou tendem a decrescer drasticamente, com novos aumentos em termos de riqueza.³ No todo, poucos pontos percentuais separam países com um rendimento *per capita* anual entre 20 mil e 35 mil dólares da-

queles situados abaixo da barreira dos 10 mil dólares. A estratégia de tornar as pessoas mais felizes aumentando o seu rendimento aparentemente não funciona. Por outro lado, um indicador social que até agora parece estar a crescer, de um modo espetacular, proporcionalmente ao nível de riqueza — na verdade, tão rapidamente quanto se prometia e esperava que aumentasse o bem-estar subjetivo — é a taxa de criminalidade: roubos a residências e de automóveis, tráfico de droga, suborno e corrupção no mundo dos negócios. E cresce também uma incómoda e desconfortável sensação de incerteza, difícil de suportar, sobretudo permanentemente. Uma incerteza difusa e “ambiente”, ubíqua mas aparentemente desarraigada, indefinida e por isso mesmo ainda mais perturbadora e exasperante...

Essas descobertas são profundamente dececionantes, tendo em conta que o aumento do volume total de felicidade “do maior número de pessoas” — um aumento provocado pelo crescimento económico e por uma ampliação do volume de dinheiro e crédito disponíveis — foi precisamente declarado, nas últimas décadas, o principal propósito orientador das políticas implementadas pelos nossos governos, assim como das estratégias de “política de vida” colocadas em prática por nós mesmos, seus súbditos. Também serviu de principal bitola para medir o sucesso e o fracasso das políticas governamentais, assim como da nossa busca da felicidade. Poderíamos até dizer que a nossa era moderna começou verdadeiramente com a proclamação do direito humano universal à busca da felicidade, e da promessa de demonstrar a sua superioridade em relação às formas de vida que substituiu ao tornar essa busca menos árdua e penosa, e ao mesmo tempo mais eficaz. Podemos perguntar, então, se os meios indicados para alcançar essa demonstração (principalmente o crescimento económico contínuo, tal como medido pelo aumento do “produto nacional bruto”) foram escolhidos erradamente. Nesse caso, o que havia exatamente de errado nessa escolha?

Sendo o preço de mercado por eles exigido o único denominador comum entre os variados produtos do trabalho corporal e mental humano, as estatísticas do “produto nacional bruto” desti-